



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Documentos de Prestação de Contas
Ano de 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÓDIGO POCAL

13

TRIBUNAL DE CONTAS

13

Documento
Nº. 02

RELATÓRIO DE GESTÃO

I - Preâmbulo

No cumprimento da alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art.º 76 da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de Prestação de Contas do Município da Golegã, referente ao ano económico de 2014.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na Sessão Ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeita, conforme determina a alínea l) do n.º. 2 do artº. 25º. da citada Lei n.º. 75/2013.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como as instruções do Tribunal de Contas n.º. 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º. 4/2001 – 2ª. Secção, alterada pela Resolução n.º. 6/2013 – 2ª. Secção, e pela Resolução n.º. 2/2014, de 27 de novembro, bem como nos termos do artº. 51º., alínea m) e 52º. da Lei n.º. 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º. 20/2015, de 9 de março.

Conforme dispõem os diplomas anteriormente referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão

Antes ainda de nos debruçarmos sobre a análise das diversas informações e documentos relativos ao exercício de 2014, importa evidenciar que o ano transacto se caracterizou por ser extremamente difícil, único mesmo, no que à gestão diz respeito, considerando que foram encerrados, física e financeiramente, um conjunto de projectos do anterior Quadro Comunitário – QREN, como de seguida se constatará, o que implicou um enorme esforço financeiro, de aproximadamente 720.000,00 euros, por parte da Câmara Municipal da Golegã, com implicações directas ao nível da tesouraria e ao prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP), uma vez que o endividamento total do Município apenas aumentou porque a Prestação de Contas de 2014 incorpora, e bem, ao contrário de outros municípios, o contributo da Golegã para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), num montante de aproximadamente 275.000,00 euros, que constitui dívida a terceiros, no caso concreto, ao Estado que o instituiu.

Se tivermos em consideração que o montante de penalização relativo à comparticipação não recebida no âmbito da candidatura do Centro de Alto Rendimento de Desportos Equestres – HIPPOS Golegã, que se verificou ao longo de todo o período da sua execução, se cifra aproximadamente naquele montante, facilmente percebemos que se procedeu a uma transferência de recursos financeiros para fazer face a despesas de investimento, em detrimento do pagamento a fornecedores de conta corrente, situação que, ao longo do ano 2015, tem vindo a ser progressivamente corrigida, e que assim continuará.

De acordo com as orientações técnicas do POCAL, a Prestação de Contas integra um conjunto de documentos, já referidos anteriormente, nomeadamente a Demonstração de Resultados que reproduz informação de todo o período do ano económico de 2014 ao nível dos resultados operacionais, financeiros, correntes e resultado líquido do exercício, como verificaremos adiante na análise à Situação Económica.

Relativamente ao campo inferior da Demonstração de Resultados, ou seja, aos Proveitos e Ganhos, o que constatámos é a continuação da tendência da redução dos mesmos influenciada pela diminuição das receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social Municipal), que, associadas a outras, em 2014 se cifrou numa perda de cerca de 125.000,00, situação preocupante e reveladora da enorme dependência do Município da Golegã relativamente a esta fonte de receita.

O recurso à solução da Prestação de Serviços, mais dispendiosa e instável relativa aos serviços prestados, comparativamente à contratação de recursos humanos, o aumento da taxa relativa à Caixa Geral de Aposentações, a Avaliação Ambiental Estratégica, essencial à revisão do Plano Director Municipal e a assunção por parte da Câmara Municipal da organização plena dos certames ExpoÉgua e Feira Nacional do Cavalo 2014, em virtude do processo da Autoridade Tributária iniciado em 2010, não se encontrar totalmente concluído, estão na origem e justificam, quase na totalidade, o aumento dos Custos e Perdas ocorridos em 2014.

É assim óbvio que o Resultado Líquido do Exercício seja negativo, situação que se repete, colocando o Município da Golegã perante uma realidade de desequilíbrio estrutural que urge corrigir.

O Relatório de Gestão, tem como finalidade complementar, disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, analisaremos de seguida as informações referentes ao exercício de 2014, da forma que se evidencia:

- a) - A situação económica
- b) - Indicadores da situação financeira
- c) - Evolução das dívidas nos últimos anos, de curto, médio e longo prazos a terceiros
- d) - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício
- e) - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício



II – SITUAÇÃO ECONÓMICA

No ano de 2014 registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

Em Euros

<u>Descrição</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
<i>Correntes</i>	4.946.531,39 €	4.270.714,19 €
<i>Capital</i>	907.520,57 €	1.615.982,80 €
<i>Outras</i>	2.327,72 €	-
Total	5.856.379,68 €	5.886.696,99 €

<u>Descrição</u>	<u>Valores</u>
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes	675.817,20 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital	-708.462,23 €
Diferença parcial (correntes e capital)	-32.645,03 €
Outras Receitas	2.327,72 €
Diferença Total	-30.317,31 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2013	50.305,70 €
Saldo do Exercício de 2014	19.988,39 €

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 675.817,20 € em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 708.462,23 €, verificando-se que a poupança corrente foi completamente absorvida para fazer face a despesas de investimento.

Este diferencial negativo de 32.645,03 euros foi amortecido no valor de 2.327,72 euros referente a outras receitas resultando assim um valor negativo de 30.317,31 euros.

Este saldo deduzido ao saldo transitado do ano de 2013 no valor de 50.305,70 €, originou um saldo em dinheiro na gerência de 2014 de **19.988,39 €**.

Em relação à receita total, o grau de execução no ano de 2014 foi de 71,80%, percentagem superior à verificada no ano de 2013 (64,31%). No que se refere às receitas correntes o grau de execução foi de 95,93%, valor muito similar ao registado no ano transato (96,80%).

A execução da Receita de Capital está, fortemente condicionada por fatores externos e de contexto económico, atingindo um valor de 30,07%, valor abaixo ao verificado no ano de 2013 (37,11%).

O baixo grau de execução neste tipo de receita está diretamente ligado ao financiamento de projetos e iniciativas, bem como à conjuntura económica desfavorável do País, que continua a não permitir encaixar receita de capital pela venda de bens patrimoniais.

Ainda no âmbito da receita e com implicações na satisfação de compromissos na despesa, de referir a quebra bastante acentuada verificada nas transferências do Orçamento do Estado nos últimos anos.

A despesa total teve um grau de execução de 71,57 % em relação às previsões corrigidas, valor acima ao verificado no ano de 2013 (63,86%) Nas despesas correntes a execução foi de 72,74%. Nas despesas de capital foi de 68,61%. Valores um pouco abaixo das expetativas criadas, embora justificadas por tudo o que foi referido anteriormente em relação à quebra significativa da receita.

A despesa corrente no ano de 2014 diminuiu e foi inferior em 54.801,75 euros à registada no ano de 2013. Dos 4.270.714,19 euros realizados, 2.102.646,64 euros referem-se a pagamentos e encargos com o pessoal, representando cerca de 50% deste tipo de despesas e 35% em relação ao total geral da despesa.

Em relação ao ano de 2013, verificou-se um decréscimo da despesa com pessoal em cerca de 81 mil euros.

O peso das despesas de capital reduziu mais de 44% em relação ao ano de 2013, motivado pelo abrandamento de 1.217.809,04 euros do investimento realizado (aquisição de bens de capital).

Por conseguinte o total da despesa realizada teve uma redução de 1.334.175,57 euros, equivalente a menos 18,48%.

Para melhor leitura, seguidamente apresentamos, os mapas das receitas e despesas:

ESTRUTURA NAS DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTAIS:

Em termos específicos verificaram-se os seguintes valores:

DESPESA ORÇAMENTAL:

Em Euros						
DESCRIÇÃO	Ano de 2014		Ano de 2013		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2.102.646,64	35,72%	2.183.869,07	30,24%	-81.222,43	-3,72%
02 – Aquisição de bens e serviços	1.791.784,41	30,44%	1.731.203,87	23,97%	60.580,54	3,50%
03 – Juros e outros encargos	31.953,02	0,54%	21.106,86	0,29%	10.846,16	51,39%
04 – Transferências correntes	301.194,34	5,12%	358.075,98	4,96%	-56.881,64	-15,89%
05 – Subsídios	22.574,89	0,38%	11.365,43	0,16%	11.209,46	98,63%
06 – Outras despesas correntes	20.560,89	0,35%	19.894,73	0,28%	666,16	3,35%
SOMA DESPESAS CORRENTES	4.270.714,19	72,55%	4.325.515,94	59,90%	-54.801,75	-1,27%
07 – Aquisição de bens de capital	1.048.453,34	17,81%	2.266.262,38	31,38%	-1.217.809,04	-53,74%
08 – Transferências de capital	44.220,02	0,75%	6.250,00	0,09%	37.970,02	607,52%
09 – Ativos financeiros	0,00	0,00%	3.702,00	0,05%	-3.702,00	-100,00%
10 – Passivos financeiros	523.309,44	8,89%	619.142,24	8,57%	-95.832,80	-15,48%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	1.615.982,80	27,45%	2.895.356,62	40,10%	-1.279.373,82	-44,19%
TOTAL GERAL	5.886.696,99	100,00%	7.220.872,56	100,00%	-1.334.175,57	-18,48%

RECEITA ORÇAMENTAL:
Em Euros

DESCRIÇÃO	Ano de 2014		Ano de 2013		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos diretos	775.636,14	13,13%	717.728,84	9,87%	57.907,30	8,07%
02 – Impostos indiretos	8.973,53	0,15%	57.774,53	0,79%	-48.801,00	-84,47%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	291.853,34	4,94%	289.196,84	3,98%	2.656,50	0,92%
05 – Rendimentos de propriedade	158,79	0,00%	273,09	0,00%	-114,30	-41,85%
06 – Transferências correntes	2.975.052,04	50,37%	3.082.462,25	42,39%	-107.410,21	-3,48%
07 – Venda de bens e serviços correntes	893.893,88	15,13%	799.689,38	11,00%	94.204,50	11,78%
08 – Outras receitas correntes	963,67	0,02%	0,00	0,00%	963,67	100,00%
SOMA RECEITAS CORRENTES	4.946.531,39	83,74%	4.947.124,93	68,04%	-593,54	-0,01%
09 – Venda de bens de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10 – Transferências de capital	557.520,57	9,44%	1.848.389,22	25,42%	-1.290.868,65	-69,84%
12 – Passivos financeiros	350.000,00	5,93%	435.919,47	6,00%	-85.919,47	-19,71%
SOMA RECEITAS CAPITAL	907.520,57	15,36%	2.284.308,69	31,42%	-1.376.788,12	-60,27%
OUTRAS RECEITAS	52.633,42	0,89%	39.744,64	0,55%	12.888,78	32,43%
TOTAL GERAL	5.906.685,38	100,00%	7.271.178,26	100,00%	-1.364.492,88	-18,77%

Seguidamente apresentamos o mapa resumo da execução das GOP – Grandes Opções do Plano referente ao montante previsto e executado no ano de 2014. Nos mapas anexos a estes Documentos de Prestação de Contas encontram-se os mapas com os valores referidos por ações.

De referir que nestes mapas anexos, bem como no mapa resumo, as funções encontram-se distribuídas no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes. A soma destes dois documentos constitui as GOP – Grandes Opções do Plano.

A maior parte das funções engloba despesas nas AMR e no PPI, embora a nível de Projetos/Ações este tipo de despesas têm que ser devidamente separadas, mediante a respetiva classificação orçamental, fazendo parte do PPI todas as classificações económicas 07 (Aquisição de bens de capital) e das AMR, todas as restantes classificações económicas, independentemente de serem correntes ou de capital.

De referir ainda que nestes mapas poderão ser analisadas todas as ações de uma forma global, tendo em consideração o ano de 2014, bem como os anos seguintes a nível de previsão e a nível dos montantes executados a referência a anos anteriores e ao ano de 2014, apresentando os mapas dois graus de execução tanto a nível anual como a nível global.

Em Euros

Funções	GOP			PPI			AMR		
	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução
Funções Gerais:									
- Serviços Gerais de Administração Pública	1.026.000,00	566.939,36	55,26%	192.400,00	81.345,20	42,28%	833.600,00	485.594,16	58,25%
- Segurança, Prevenção e Proteção Civil	55.500,00	55.264,00	99,57%				55.500,00	55.264,00	99,57%
- Higiene e Segurança Alimentar	8.000,00	3.496,28	43,70%				8.000,00	3.496,28	43,70%
Funções Sociais:									
- Educação	130.100,00	59.770,02	45,94%	5.500,00	2.135,51	38,83%	124.600,00	57.634,51	46,26%
- Saúde e Ação Social	324.950,00	311.412,74	95,83%	222.050,00	220.884,56	99,48%	102.900,00	90.528,18	87,98%
- Habitação	34.000,00	9.966,76	29,31%	16.000,00	324,72	2,03%	18.000,00	9.642,04	53,57%
- Ordenamento do Território	114.700,00	20.606,01	17,97%	107.100,00	20.606,01	19,24%	7.600,00	0,00	0,00%
- Abastecimento de água e saneamento	177.200,00	25.381,56	14,32%	169.700,00	25.015,44	14,74%	7.500,00	366,12	4,88%
- Resíduos sólidos e higiene pública	281.000,00	40.940,90	14,57%	27.500,00	5.940,90	21,60%	253.500,00	35.000,00	13,81%
- Proteção do meio ambiente- Conservação da natureza	162.000,00	12.736,93	7,86%	159.300,00	12.180,16	7,65%	2.700,00	556,77	20,62%
- Cultura e juventude	116.900,00	86.671,29	74,14%	34.900,00	31.501,88	90,26%	82.000,00	55.169,41	67,28%
- Desporto, recreio e lazer	187.700,00	155.066,13	82,61%	122.700,00	96.160,85	78,37%	65.000,00	58.905,28	90,62%
Funções Económicas:									
- Comércio e iniciativas de apoio empresarial	300,00	0,00	0,00%				300,00	0,00	0,00%
- Agricultura, pecuária, siveicultura, caça e pesca	11.000,00	6.108,43	55,53%	11.000,00	6.108,43	55,53%			
- Indústria e energia	14.900,00	10.108,84	67,84%	14.800,00	10.108,84	68,30%	100,00	0,00	0,00%
- Transportes e comunicações	162.000,00	59.620,11	36,80%	162.000,00	59.620,11	36,80%			
- Turismo - Desenvolvimento e promoção	911.200,00	639.392,54	70,17%	533.700,00	474.406,97	88,89%	377.500,00	164.985,57	43,70%
Outras Funções:									
- Transferências entre administrações	123.700,00	91.112,67	73,66%				123.700,00	91.112,67	73,66%
TOTAL GERAL	3.841.150,00	2.154.594,57	56,09%	1.778.650,00	1.046.339,58	58,83%	2.062.500,00	1.108.254,99	53,73%

Após análise deste mapa constata-se que as áreas de atuação da Autarquia continuam a ser as mais diversas e a canalização dos recursos é feita de uma forma racional, responsável e criteriosa.

Neste mapa resumo refere que a execução do ano de 2014 foi de 56,09%, no entanto em termos globais a execução foi de 78,68%, valor muito acima do verificado no final do ano de 2013 (62%).

No que se refere ao documento PPI (Plano Plurianual de Investimentos), diretamente ligado aos bens de investimento do orçamento, verificou-se uma execução global de 79 % e anual de 59% correspondente a 1.046.339,58 euros dos quais se destacam as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2010/156-2	- Construção do Centro de Saúde da Golegã	91.228,75 €
2010/156-3	- Arranjos exteriores do Centro de Saúde da Golegã	105.019,57 €
2010/630-3	- Colocação de piso em relva sintética nos campos de ténis	82.389,28 €
2014/630	- Conservação e reabilitação de arruamentos e estacionamento	56.559,83 €
2009/35-3	- Execução obra do Centro de Alto Rendimento	140.747,93 €
2009/35-4	- Aquisição de equipamento-Centro de Alto Rendimento	244.422,72 €
2014/700	- Aquisição do direito superficiário – Edifício da FNC	83.300,91 €

Estes investimentos representaram cerca de 77% do PPI.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades Mais Relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano.

No ano de 2014 as AMR tiveram um montante executado de 1.108.254,99 euros que adicionado ao valor do PPI, resulta um total nas GOP de 2.154.594,57 euros.

Em termos de valores nas AMR há a destacar as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2014/20-5	- Aquisição de energia para instalações alimentadas em média e baixa tensão especial	467.243,75 €
2014/670-2	- Exposições, seminários e alugueres de equipamento - FNC e outros certames	123.102,70 €

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita à conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município que afetaram essencialmente as despesas de funcionamento.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO – IMOBILIZADO

Em Euros

DESIGNAÇÃO		Ano de 2014		Ano de 2013		Variação	
		Valores	%	Valores	%	Valor	%
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO							
453	Outras construções e infraestruturas	98.140,94	0,23%	94.876,34	0,23%	3.264,60	+3,44%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	75.083,22	0,18%	28.750,40	0,07%	46.332,82	+161,16%
459	Outros bens do domínio público	6.558.274,06	15,58%	6.591.148,70	15,90%	-32.874,64	-0,50%
445	Imobilizações em curso	9.200,00	0,02%	9.200,00	0,02%	0,00	+0,00%
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
431	Despesas de instalação	166.986,83	0,40%	158.613,30	0,38%	8.373,53	+5,28%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	37.140,29	0,09%	33.637,63	0,08%	3.502,66	+10,41%
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.934,28	0,01%	2.934,28	0,01%	0,00	+0,00%
443	Imobilizações em curso	56.643,71	0,13%	56.643,71	0,14%	0,00	+0,00%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
421	Terrenos e recursos naturais	2.581.066,82	6,13%	2.564.316,82	6,19%	16.750,00	+0,65%
422	Edifícios e outras construções	25.557.373,77	60,71%	22.496.226,57	54,28%	3.061.147,20	+13,61%
423	Equipamento básico	2.401.186,12	5,70%	2.442.273,08	5,89%	-41.086,96	-1,68%
424	Equipamento de transporte	492.874,26	1,17%	436.709,38	1,05%	56.164,88	+12,86%
425	Ferramentas e utensílios	221.099,54	0,53%	209.992,24	0,51%	11.107,30	+5,29%
426	Equipamento administrativo	1.030.968,04	2,45%	1.014.848,40	2,45%	16.119,64	+1,59%
429	Outras imobilizações corpóreas	2.052.998,65	4,88%	1.970.439,32	4,75%	82.559,33	+4,19%
442	Imobilizações em curso	132.068,40	0,31%	2.985.393,05	7,20%	-2.853.324,65	-95,58%
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1.120,00	0,00%	1.120,00	0,00%	0,00	+0,00%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
411	Partes de capital	349.958,45	0,83%	349.958,45	0,84%	0,00	+0,00%
412	Obrigações e títulos de participação	274.301,06	0,65%		0,00%	274.301,06	+100,00%
TOTAL		42.099.418,44	100,00%	41.447.081,67	100,00%	652.336,77	+1,57%

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, verificou-se um aumento global de 652.336,77 euros, em relação ao ano de 2013, mais 1,57 %.

No ano de 2014 procedeu-se à transferência de grande parte do imobilizado em curso para a conta 422 – Edifícios e outras construções dos quais se destaca o Centro de Alto Rendimento – Desportos Equestres. Esta conta representa 60,71% da estrutura total. Por outro lado efetuaram-se retificações de algumas contas patrimoniais em conformidade com diretivas do Tribunal de Contas.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2014 é o seguinte, em comparação com o ano de 2013:

Em Euros							
Designação		Ano de 2014		Ano de 2013		Variação	
		Valores	%	Valores	%	Valor	%
61	Custo das matérias consumidas	270.724,54	4,54%	323.274,60	5,62%	-52.550,06	-16,26%
62	Fornecimentos e serviços externos	2.121.270,44	35,57%	1.759.659,24	30,61%	361.611,20	+20,55%
64	Custos com pessoal	2.080.747,24	34,89%	2.200.767,03	38,28%	-120.019,79	-5,45%
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	357.134,49	5,99%	367.476,56	6,39%	-10.342,07	-2,81%
66+67	Amortizações e provisões do exercício	1.041.609,71	17,46%	1.046.929,92	18,21%	-5.320,21	-0,51%
68	Custos e perdas financeiras	48.204,32	0,81%	18.913,58	0,33%	29.290,74	+154,87%
69	Custos e perdas extraordinárias	44.710,82	0,75%	32.182,31	0,56%	12.528,51	+38,93%
TOTAIS		5.964.401,56	100,00%	5.749.203,24	100,00%	215.198,32	+3,74%

Os custos aumentaram em relação ao ano de 2013, cerca de 215 mil euros, representando um acréscimo de 3,74%.

Os custos com pessoal representaram 34,89% desta estrutura. Este tipo de custos teve um decréscimo acentuado em comparação com o ano anterior. As diferenças verificadas, em comparação com a parte orçamental, tem a ver com a especialização dos exercícios em relação aos subsídios de férias e de Natal.

Verificou-se ainda uma variação elevada de 2013 para 2014 nos fornecimentos e serviços externos nos quais se destaca o consumo de energia elétrica, bem como despesas de funcionamento para manter as estruturas

Em contrapartida os custos das matérias consumidas baixaram cerca de 16%.

O peso das amortizações do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a mais de um milhão e quarenta e um mil euros, valor acima do registado no ano de 2013, face à passagem de algumas imobilizações em curso para a conta do respetivo imobilizado.

PROVEITOS

Em Euros							
Designação		Ano de 2014		Ano de 2013		Variação	
		Valores	%	Valores	%	Valor	%
71	Venda e prestações de serviços	832.624,96	14,77%	768.636,42	13,54%	63.988,54	+8,32%
72	Impostos e taxas	1.102.189,98	19,55%	1.111.960,39	19,59%	-9.770,41	-0,88%
74	Transferências e subsídios obtidos	3.499.104,04	62,07%	3.625.506,25	63,87%	-126.402,21	-3,49%
78	Proveitos e ganhos financeiros	183,97	0,00%	273,09	0,00%	-89,12	-32,63%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	202.925,87	3,60%	170.084,56	3,00%	32.841,31	+19,31%
TOTAIS		5.637.028,82	100,00%	5.676.460,71	100,00%	-39.431,89	-0,69%

Na globalidade, registou-se um decréscimo de proveitos em mais de 39 mil euros, motivado essencialmente pela rubrica transferências e subsídios obtidos, da qual este Município está muito dependente, dado que no ano de 2014 representou cerca de 62%. Embora o peso deste tipo de receita tenha vindo a decrescer gradualmente, está diretamente ligado às verbas dos fundos comunitários e às transferências provenientes da aplicação da Lei das Finanças Locais.

De referir ainda e em contrapartida o aumento de venda e prestações de serviços que no ano de 2014 atingiu mais de 832 mil euros, mais 8,32% em relação a 2013.

III – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Autonomia Financeira:

	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
<u>Fundos Próprios e Passivo</u>	820,17%	876,72 %	947,72 %
Passivo Total			
<u>Fundos Próprios</u>	62,02 %	62,39 %	65,43 %
Ativo Líquido			

Liquidez Geral:

	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
<u>Activo Circulante</u>	8,28 %	11,12 %	15,99 %
Passivo Circulante			

Solvabilidade:

	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
<u>Fundos Próprios</u>	163,30 %	165,87 %	189,29 %
Passivo Total			

Capacidade do Endividamento:

	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
<u>Fundos Próprios</u>	91,98%	92,53%	91,58 %
Capitais permanentes			

Estrutura do Endividamento:

	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
<u>Dívidas a terceiros de curto prazo</u>	6,78 %	6,37 %	4,53 %
Fundos Próprios e Passivo			

Grau de Dependência:

	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
<u>Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo</u>	5,41 %	5,04 %	6,02 %
Activo Líquido Total			

Rácios Orçamentais:

	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
Receita Total	99,49 %	100,16 %	99,08 %
Despesa Total			
	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
Receitas Correntes	115,82 %	114,37 %	104,30 %
Despesas Correntes			
	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
Receitas de Capital	56,16 %	78,90 %	92,66 %
Despesas de Capital			
	Ano de 2014	Ano de 2013	Ano de 2012
Despesa com o Pessoal	37,10 %	30,24 %	26,71 %
Despesa Total			

As demonstrações apresentadas dão conta que o Município da Golegã possui uma boa estabilidade financeira, no entanto foi sentida uma maior dificuldade no ano de 2014 conforme indicadores patrimoniais com base no respetivo balanço.

No entanto a nível orçamental os rácios indicam uma boa estabilidade, verificando-se que uma boa parte das receitas correntes serviu para financiar despesas de capital o que consideramos um bom registo.

Apesar da conjuntura económica e social, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das disponibilidades do Município.

Por outro lado, algumas alterações legislativas têm contribuído para que os assuntos financeiros sejam tratados com transparência e extremo rigor, ajudando na melhoria dos resultados e na sua transparência.



IV - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Caracterização da Dívida		2014	2013	2012	2011
1	Clientes e utentes c/cauções	10.881,40	10.881,40	10.881,40	10.881,40
2	Estado e outros Entes Públicos	29.545,84	31.283,25	23.860,77	26.955,57
3	Outros credores-Op.deTesouraria	4.109,96	3.830,30	3.801,76	2.190,38
4	SOMA	44.537,20	45.994,95	38.543,93	40.027,35
5	Fornecedores c/c	1.669.653,98	956.570,21	698.009,00	866.997,39
6	Estado e outras Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	47.654,82	34.837,17	25.557,40	24.431,10
8	Fornecedores de imobilizado	377.820,43	984.244,57	566.945,28	641.722,71
9	Fornecedores de Leasing	0,00	7.569,76	17.247,66	33.363,38
10	FAM - Fundo Apoio Municipal	274.301,06	0,00	0,00	0,00
11	SOMA	2.369.430,29	1.983.221,71	1.307.759,34	1.566.514,58
12	SUB-TOTAL (4 + 10)	2.413.967,49	2.029.216,66	1.346.303,27	1.606.541,93
13	Empréstimos Contraídos	1.431.030,83	1.604.340,27	1.787.563,04	1.900.380,92
14	TOTAL GERAL	3.844.998,32	3.633.556,93	3.133.866,31	3.506.922,85

Deste mapa temos que excluir as importâncias a entregar ao Estado e outras Entidades através de movimentos de Operações de Tesouraria, conforme demonstra a soma do ponto 4, perfeitamente controlada mediante o saldo apresentado na respetiva conta.

Por outro lado e em conformidade com instruções da DGAL, anexas ao presente relatório, a dívida do FAM – Fundo de Apoio Municipal não revela para o limite da dívida total. Embora esta Autarquia tivesse sido obrigada a registar no ano de 2014 efetivamente este valor será liquidado em 7 anos com início no presente ano de 2015.

Por conseguinte, a dívida total no final de 2014, incorpora, por decisão da tutela e não em resultado da nossa gestão, a importância de 274.301,06 euros referente ao FAM.

Apenas a título meramente informativo, a dívida total do Município no final de 2014 seria de **3.570.697,06** euros e teria diminuído **62.859,87** euros relativamente a 2013.

A dívida total representa 12,19% do Ativo Líquido do Município, valor ligeiramente acima em relação aos anos de 2013 e 2012, respetivamente, 11,41% e 10,55%.

De referir que os empréstimos a médio e longo prazo têm registado uma diminuição em virtude de não termos recorrido a esta fonte de financiamento. Este Município apenas tem recorrido a empréstimos de curto prazo liquidados no próprio exercício.

Alguns indicadores e limite de endividamento do Município da Golegã:

Designação de indicadores	Valores
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	2.085.809,97 €
- Fundo Social Municipal (corrente)	88.145,00 €
- Participação Variável no IRS (corrente)	158.380,00 €
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	524.052,00 €
- Despesas de Investimento do ano anterior (2013)	2.266.262,38 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2013	4.947.124,93 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2012	4.449.953,01 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2011	4.429.117,31 €
- Média da receita corrente líquida	4.608.731,75 €
- Limite dívida total 2014 (artº. 52º. da Lei nº. 73/2013)	6.913.097,63 €
- Dívida total do Município deduzida do FAM	3.570.697,06 €
- Margem disponível	3.342.400,57 €
- Utilização da margem disponível - Indicação da DGAL (Anexo)	778.853,00 €
- Percentagem utilizada pelo Município	51,65 %
- Percentagem total disponível	48,35 %
- Percentagem disponível - Indicação da DGAL	11,27 %



V - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Após análise do Balanço e Demonstração de Resultados verificou-se um Resultado Líquido negativo do Exercício de 2014 de **327.338,38 Euros**.

Em conformidade com o Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, o Executivo propõe que:

O Resultado Líquido Negativo de **327.338,38 Euros** seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.9);

VI – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2015 e após o encerramento do exercício de 2014 verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 350.000 Euros, para fazer face ao pagamento a fornecedores de conta corrente.

Em conclusão e face a uma conjuntura bastante difícil, é nossa convicção ter cumprido nas matérias em apreciação, declarando a nossa disponibilidade, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que surjam sobre este conjunto de documentos, que colocamos à vossa apreciação e análise.

Golegã, 20 de Abril de 2015.

O Presidente da Câmara,

(Rui Lince Medinas, Engº.)



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Documentos de Prestação de Contas
Ano de 2014

DOCUMENTOS ANEXOS

AO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXMO(A). SENHOR(A)

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

GOLEGÃ

LG. D. MANUEL I

2150-128 GOLEGÃ

Recebido em 03/10/2014
Registo sob n.º 5094
Processo n.º 1/1

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

02 (02.02.01)-300 / DCAF

S-001615-2014 / 26-09-2014

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000.

O n.º 3 do supra mencionado artigo apresenta a fórmula de imputação do valor da contribuição global, de €325.000.000, a cada município. Assim sendo, nos termos do disposto do n.º 4 do art.º 17.º vimos por este meio informar que a contribuição para o FAM do Município a que V. Exa. preside é de **€274.301,06**.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização deste montante será efetuada em 7 anos, pelo que nos orçamentos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 deverá prever uma despesa com ativos financeiros de **€39.186,00**.

No orçamento de 2021 a despesa a prever com ativos financeiros será de **€39.186,00**.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Geral

Lucília Ferra

Lucília Ferra

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o n.º do processo

1/309



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Rua José Estêvão, n.º 137, 4.º a 7.º, 1169-058 Lisboa Tel.: 213 133 890 Fax: 213 528 177
www.portalaularquico.pt E-mail: geral@dgcal.pt

DESPACHO	
GAP	☒
Vice-Presidente	☐
Chefe DAF	☐
Chefe DOUA	☒
Chefe DIS	☐
Consultor	☐
Recursos Humanos	☐
Contabilidade	☒
Tesouraria	☐
Taxas e Licenças	☐
Património	☐
Aprovisionamento	☐
Desporto	☐
Transportes	☐
Reunião de Câmara	☐
Arquivo	☐

MUNICÍPIO DE GOLEGÃ
Data 03/10/2014
O PRESIDENTE DA CÂMARA

DCAL 26-09-2014 S-001615-2014

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000.

No n.º 3 do supra mencionado artigo está prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios (€325.000.000), o montante imputável a cada um deles, que foi entretanto comunicado àquelas entidades pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em cumprimento dos disposto no art. 17º, n.º 4, do RJRFM.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM).

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro. As transferências deverão ser efetuadas diretamente ao Fundo de Apoio Municipal, para uma conta específica para o efeito.

Assim, para os municípios, as unidades de participação consubstanciam um ativo e investimento financeiros, pelo que, ao nível dos respetivos documentos previsionais e de prestação de contas, bem como dos registos contabilísticos, sugerimos o seguinte tratamento deste evento:

- ✓ No **Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do ano de 2015**, inscrição de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação, devendo constar, nomeadamente, da coluna designada de “ Despesas - Financiamento definido “, o valor a pagar relativo às unidades de participação a realizar nesse exercício e, nas diversas colunas “ Despesas – Anos seguintes “, o montante correspondente dos anos posteriores, discriminado

no que respeita aos anos de 2016, 2017 e 2018 e agregado quando aos restantes anos (2019 a 2021).

Nos PPI dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico, ajustado apenas face ao evoluir dos anos e do valor subscrito e ainda não realizado. ¹

- ✓ Ao nível do **orçamento de 2015**, os municípios terão de prever uma despesa com ativos financeiros, correspondente ao valor do capital do FAM a realizar nesse exercício, utilizando para o efeito a rubrica da classificação económica **09.08.02 - Unidades de participação/Soc. e quase sociedades não financeiras/Públicas**.

Nos orçamentos dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico.

Optámos pela indicada rubrica, atendendo a que muito embora a gestão do FAM passe, num primeiro momento, pela Administração Central do Estado, quando o capital estiver integralmente realizado pelos participantes existirá um peso idêntico desse setor e do setor local.

- ✓ Quanto aos registos a efetuar em termos de contabilidade orçamental, deverá, ainda, ser inscrito, na indicada rubrica orçamental, das contas 04 e 05 (compromissos de exercícios futuros), relativamente aos exercícios n+1 a n+3 (2016 a 2018), o valor a realizar em cada um desses anos de forma discriminada, e, de forma agregada, em n+4 e seguintes, o montante correspondente aos anos de 2019 a 2021.
- ✓ Ao nível da contabilidade patrimonial, na sequência da comunicação, entretanto efetuada pela DGAL, do valor a subscrever para o FAM, os municípios têm de reconhecer, de imediato (ou seja, ainda em 2014), no passivo, o respetivo montante total.

Para o efeito, o valor referido deverá ser debitado numa subconta da conta 412 por contrapartida do crédito numa subconta de conta 268, para as quais sugerimos, respetivamente, as seguintes designações: **4122 – Investimentos financeiros – Obrigações e Títulos de Participação – Fundo de Apoio Municipal** e **268126 – Devedores e credores diversos - Credores das Administrações Públicas – Fundo de Apoio Municipal**.

- ✓ O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Não obstante, uma vez que a obrigação do reconhecimento do passivo ocorre em 2014, com a comunicação do montante a subscrever, e considerando ainda que a dívida total a 1 de janeiro de 2015 corresponde à dívida

¹ Considera-se que o PPI agrega todos os investimentos físicos e financeiros

total a 31 de dezembro de 2014, esclarece-se que o montante subscrito no ano 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total.

Março 2015

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2014

A. Dados entidade:

Área (Km2) 76.62 População (hab.) 5465 Eleitores (n.º) 4768

(4.º Trimestre de 2014)

Pessoal ao serviço (n.º) 110

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.429.117	4.449.953	4.947.125	13.826.195	4.608.732

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total

6.913.097,63

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite (1)	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
6.913.098	01/01/2014						
	3.633.557	417.684	4.051.241	3.996.148		2.916.950	583.390
	31/12/2014						
	3.843.238	11.278	3.854.516	3.800.685		3.112.413	622.483
Variação da Dívida %							-4,89%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							778.853

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2014)

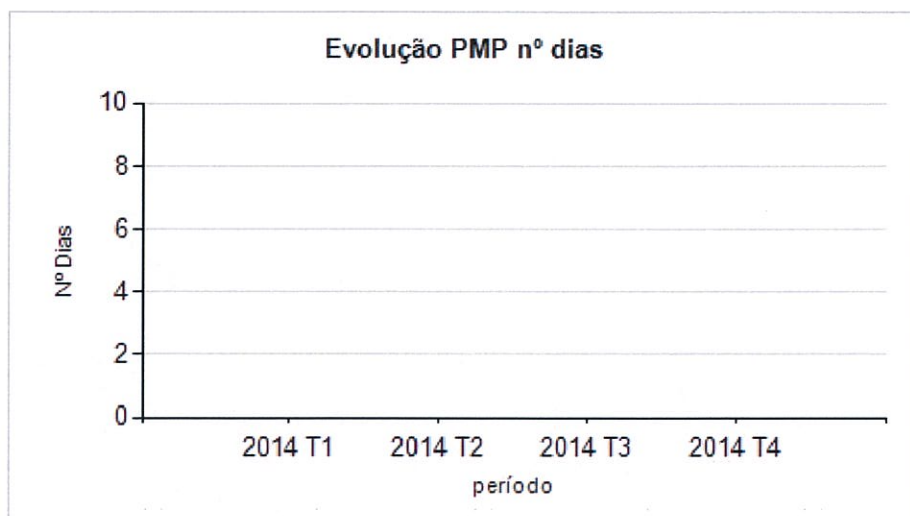
- Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 7.167.232 PMP 111 dias
- Aquisição acumuladas 5.881.653
- Último PMP publicado 95 dias (31/12/2013)

PMP superior a 90 dias

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2014



F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	4.608.732	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	64,31%
Dívida total excluindo orçamentais (31-12-2014) (período corrente)	3.800.685	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	69,93%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2014) (período corrente)	2.369.654		

Saneamento Financeiro

Condições de adesão facultativa

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Recuperação Financeira

Dívida total > 3 * média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

☒

H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Receitas	Despesas
----------	----------

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2014

Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	Saldo Orçamental para a gerência seguinte
1	2	3	4	5	6	7	8	9
4.947.125	2.284.309	38.656	1.088	7.271.178	4.325.516	2.895.357	7.220.873	50.306

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1 2.213.009

2. Ano n 2.134.476

Variação

Valor (2 - 1) -78.533

% (2-1)/1 -3,55%

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1 122

2. Ano n 110

Variação

Valor (2 - 1) -12

% (2-1)/1 -9,84%

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim



CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Município da Golegã

(Designação da autarquia local)

Ano **2013/2014**

Gerência

1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014

(Unidade: EURO)

ENTIDADE	CONTRATO				VISTO DO T. C.		Periodo Vigência Contrato		Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	Número do registo	Data	Início	Fim	
António Carlos de Almeida Medinas	Prestação de Serviços	07-02-13	63.000,00	Ajuste Direto			01-02-2013	31-01-2016	Contrato declarado nulo em 29/12/2014
Deltagel, S.A.	Fornecimento Continuado de Produtos Alimentares ao Município de Golegã para o ano de 2013 - Congelados	15-02-13	22.467,03	Ajuste Direto			15-02-2013	31-12-2013	
Maria Irene Gardão Nunes da Silva, Unipessoal, Lda	Fornecimento Continuado de Produtos Alimentares ao Município de Golegã para o ano de 2013 - Hortícolas & Frutícolas	10-04-13	18.925,42	Ajuste Direto			10-04-2013	31-12-2013	
Maria Irene Gardão Nunes da Silva, Unipessoal, Lda	Fornecimento Continuado de Produtos Alimentares ao Município de Golegã para o ano de 2013 - Mercearia	10-04-13	31.535,73	Ajuste Direto			10-04-2013	31-12-2013	
Mário Avelino Conceição Carlos Duarte	Fornecimento Continuado de Produtos Alimentares ao Município de Golegã para o ano de 2013 - Talho	19-04-13	28.417,35	Ajuste Direto			19-04-2013	31-12-2013	
Lina Maria Leal de Pina Ferreira Veiga Maltez	Prestação de Serviços	03-05-13	39.669,48	Ajuste Direto			01-04-2013	31-03-2016	Contrato declarado nulo em 29/12/2014
Publicastelo, Lda.	Aluguer e Montagem de Stands	13-05-13	12.038,63	Ajuste Direto			16-05-2013	02-06-2013	
Carlos Almeida Marques, Arquitetura e Urbanismo, Lda.	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Golegã	24-05-13	64.650,01	Ajuste Direto			24-05-2013	23-05-2014	
Daxorel, Lda.	Aquisição de Equipamneto Básico para a Unidade de Saúde de Golegã	06-06-13	22.935,60	Ajuste Direto			06-06-2013	05-07-2013	
Daxorel, Lda.	Aquisição de Equipamento Administrativo para a Unidade de Saúde de Golegã	06-06-13	55.232,35	Ajuste Direto			19-06-2013	18-07-2013	
Blousenses, Lda.	Prestação de Serviços de Catering e de Restaurante / Cantina para a Câmara Municipal	15-07-13	23.985,00	Ajuste Direto			16-10-2013	15-07-2014	
Rui Manuel Colandro Fernandes	Execução de Peças Escultórica	03-09-13	11.800,00	Ajuste Direto			03-09-2013	18-09-2013	
Aniceta Maria Cordeiro da Guia Silva	Aquisição de Grupo Eletrobomba	02-09-13	9.860,95	Ajuste Direto			02-09-2013	18-02-2013	
Matos & Neves, Lda.	Reabilitação de Arruamentos	28-08-13	37.475,51	Ajuste Direto			28-08-2013	11-09-2013	
Equiapara - Comércio de produtos de pecuária, Lda	Centro de Alto Rendimento de Golegã - Desportos Equestres - Aquisição de Equipamentos	23-08-13	237.673,00	Concurso Público			23-08-2013	27-09-2013	



CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Município da Golegã

(Designação da autarquia local)

Ano **2013/2014**

Gerência

1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014

(Unidade: EURO)

ENTIDADE	CONTRATO				VISTO DO T. C.		Periodo Vigência Contrato		Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	Número do registo	Data	Início	Fim	
Blousenses, Lda.	Serviço de catering e restaurante / cantina	10-10-13	55.000,00	Ajuste Direto			15-07-2013	14-10-2013	
Segurforce	Serviço de segurança	28-10-13	15.024,00	Ajuste Direto			28-10-2013	18-11-2013	
Finlog, SA	Aluguer Operacional de Viaturas	17-10-13	130.964,02	Ajuste Direto			17-10-2013	16/10/2016	
Eletrificadora H. Diogo, Lda	Fornecimento e Montagem de Stand's	28-10-13	17.000,00	Ajuste Direto			28-10-2013	18-11-2013	
EDP - Comercial, S.A.	Aquisição de Energia para Instalações Alimentadas em BTN, BTE e MT	15-11-13	1.320.390,73	Ajuste Direto			15-11-2013	16-01-2016	
Basrio, Lda.	Reparação de viatura	27-11-13	7.710,40	Ajuste Direto			27-11-2013	05-12-2013	
Maria Elvira Vieira Marques	Gestão de Museus e Bibliotecas	11-12-13	43.253,28	Ajuste Direto			02-12-2013	30-11-2016	
Significado, Lda.	Ações de Formação - Excelência na Gestão Autárquica	11-12-13	24.270,75	Ajuste Direto			11-12-2013	10-11-2014	
Maria Helena Carpinteiro Simões	Consultadoria para planeamento do cardápio, supervisão dos trabalhos de cozinha e da confeção de refeições no Refeitório do Complexo Escolar de Azinhaga	17-02-14	4.000,00	Ajuste Direto			03-02-2014	02-07-2014	
Vinura - Sociedade Agrícola e Imobiliária, S.A.	Alojamento de 78 quartos single	19-02-14	8.903,25	Ajuste Direto			19-02-2014	25-02-2014	
Recurso - Estudos e Projetos de Planeamento, Lda.	Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica com vista à revisão do PDM da Golegã	25-03-14	14.400,00	Concurso Público			25-03-2014	24-03-2015	
VITOR HUGO - Coordenação e Gestão de Projetos S.A.	Projeto de execução para reabilitação do sistema de abastecimento de água e saneamento do concelho	25-03-14	31.500,01	Concurso Público			25-03-2014	24-02-2015	
Açoreana Seguros, S.A.	Aquisição de apólices de seguro, nos seguintes ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais Grupo Autarcas, Multirriscos, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Ambiental, Acidentes Pessoais Grupo Bombeiros, Frota Automóvel e Multirriscos Museus Máquina de Escrever	31-03-14	40.863,28	Ajuste Direto			31/04/2014	31-12-2014	
STI - Sistemas e Técnicas Industriais, Lda.	Prestação de serviços de reparação da ceifeira aquática	02-04-14	5.999,00	Ajuste Direto			02-04-2014	30-04-2014	
Mário Avelino da Conceição Carlos Duarte	Fornecimento Continuado de Produtos Alimentares - Talho	02-05-14	22.126,38	Ajuste Direto			02-05-2014	31-12-2014	



CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Município da Golegã

(Designação da autarquia local)

Ano **2013/2014**

Gerência

1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014

(Unidade: EURO)

ENTIDADE	CONTRATO				VISTO DO T. C.		Periodo Vigência Contrato		Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	Número do registo	Data	Início	Fim	
Consermar - Produtos Alimentares, Lda.	Fornecimento continuado de produtos alimentares para o Município de Golegã para o ano de 2014 - Congelados	02-05-14	19.887,64	Ajuste Direto			02-05-2014	31-12-2014	
Agro - Graça, Lda.	Fornecimento continuado de produtos alimentares para o Município de Golegã para o ano de 2014 - Hortícolas e Frutícolas	02-05-14	17.369,84	Ajuste Direto			02-05-2014	31-12-2014	
VTE Eventos, Lda.	Aluguer e montagens de stands para o Evento Exoégua 2014	19-05-14	6.060,00	Ajuste Direto			19-05-2014	31-05-2014	
Costa & Brandão - WorldWide, Lda.	Aluguer e Montagem de Boxes para o Evento Exoégua 2014	22-05-15	5.520,00	Ajuste Direto			22-05-2014	31-05-2014	
FLOW SYSTEMS - Sistmas de Medição de Flúidos Unipessoal, Lda.	Aquisição contadores de água	08-07-14	6.000,00	Ajuste Direto			07-07-2014	31-12-2014	
Associação Portuguesa de Criadores do Cavalo Puro Sangue Lusitano	Promoção e organização de manifestações desportivas - Equitação de trabalho e modelo e andamentos para a Expoégua e Feira Nacional do Cavalo	11-06-14	14.000,00	Ajuste Direto			11-05-2014	31-05-2014	
Espaço Mecânico - Comércio e Manutenção de Equipamentos de Terraplanagem, S.A.	Reparação de inconformidades para o processo de matricula da motoniveladora Caterpillar 120G e das retroescavadoras CASE 580SR e FERMEC 860/4RM	31-07-14	5.738,29	Ajuste Direto			31-07-2014	30-08-2014	
Maria Helena Carpinteiro Simões	Planeamento de cardápios, supervisão dos trabalhos de cozinha e confeção de refeições, controlar a higienização das instalações e da qualidade do serviço	01-08-14	26.280,00	Ajuste Direto			03-07-2014	02-11-2016	
Blousenses, Lda.	Serviços de cantinas e de fornecimento de refeições (catering)	04-08-14	74.900,00	Ajuste Direto			16-07-2014	16-06-2015	
SIMBIOSPORT - Serviços Desportivos, Unipessoal, Lda.	Planificação e monitorização de aulas de natação, hidroginástica e hidroterapia, aulas de ginástica, exploração de instalações desportivas, serviços de organização e manifestações desportivas	06-08-14	74.000,00	Ajuste Direto			01-08-2014	31-07-2015	
QUALIMEX - Comércio Internacional, Unipessoal, Lda.	Aquisição de uma viatura pesada de passageiros em estado de uso	29-09-14	18.000,00	Ajuste Direto			29-09-2014	31-12-2014	



CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Município da Golegã

(Designação da autarquia local)

Ano **2013/2014**

Gerência

1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014

(Unidade: EURO)

ENTIDADE	CONTRATO				VISTO DO T. C.		Periodo Vigência Contrato		Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	Número do registo	Data	Inicio	Fim	
J. C. Bartolomeu - Instalações Elétricas, Lda.	Fornecimento e montagem de 4 projetores para o Largo Marquês de Pombal	13-10-14	6.335,36	Ajuste Direto			13-10-2014	20-10-2014	
EQUIEVENTS - Organização de Eventos, Lda.	Aluguer e Montagem de Boxes para a XXXIX FNC e XVI Feira Internacional do Cavalo Lusitano	22-10-14	6.791,50	Ajuste Direto			22-10-2014	18-11-2014	
IRMARFER, S.A.	Aluguer e montagem de tenda 10x20x3 para a XXXIX FNC e XVI Feira Internacional do Cavalo Lusitano	28-10-14	9.750,00	Ajuste Direto			28-10-2014	18-11-2014	
GIS - Segurança Privada, Unipessoal, Lda.	Serviço de Segurança e Vigilância para a XXXIX FNC e XVI Feira Internacional do Cavalo Lusitano	28-10-14	15.580,00	Ajuste Direto			28-10-2014	18-11-2014	
Eletrificadora H. Diogo, Lda	Aluguer e montagem de stands para a XXXIX FNC e XVI Feira Internacional do Cavalo Lusitano	03-11-14	11.570,00	Ajuste Direto			03-11-2014	18-11-2014	
RVU - Recolha, Transporte e Valorização de Resíduos, Lda.	Lavagem de contentores de resíduos sólidos urbanos	03-11-14	10.440,00	Ajuste Direto			03-11-2014	18-11-2014	
Tempus de Ficção, Lda.	Organização de Provas Equestres para a XXXIX FNC e XVI Feira Internacional do Cavalo Lusitano	06-11-14	22.400,00	Ajuste Direto			06-11-2014	18-11-2014	
CTT - Correios de Portugal	Leitura de contadores de água no concelho de Golegã	22-12-14	16.384,64	Ajuste Direto			22-12-2014	31-12-2014	
Total:			2.788.078,43						